

Força-Tarefa Infância Segura promove curso para intensificar proteção Justiça

Enviado por: patriciacasagrande@secs.pr.gov.br

Postado em: 16/09/2020 10:50

Primeiro ciclo de formação a distância foi concluído nesta terça-feira (15). Voltado para profissionais do sistema de garantias, a capacitação reuniu 1.573 profissionais e 70 docentes de diversas áreas, como jurídica, de psicologia, saúde, educação e segurança.

A Força-Tarefa Infância Segura (Fortis), programa da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, concluiu nesta terça-feira (15) o curso de formação Ferramentas de Prevenção Primária e Secundária de Violências. Apresentado em oito módulos, quatro deles presenciais e os quatro últimos a distância em decorrência pandemia, o curso reuniu 1.573 profissionais e 70 docentes de diversas áreas como jurídica, de psicologia, saúde, educação e segurança. Toda a estrutura do curso na modalidade a distância foi construída de forma interdisciplinar e interinstitucional, com a contribuição de representantes de todas as entidades signatárias do Pacto Infância Segura na composição curricular dos módulos temáticos e na produção de conteúdo multimidiático para o ambiente virtual de aprendizagem. “Foram quase 26 horas de vídeoaulas e 5 mil materiais complementares fornecidos durante a capacitação de profissionais, com o objetivo de proporcionar maior proteção à crianças em vulnerabilidade”, disse o delegado Felipe Hayashi, coordenador da Força-Tarefa Infância Segura e chefe do Departamento de Justiça da secretaria. Os módulos tiveram, até o momento, 4.857 visualizações e estão disponíveis no Youtube, na página sejufrparaná. Foram abordados temas como Políticas Públicas de Prevenção; Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco; Processo de Responsabilização para Proteção de Crianças Vítimas de Violência e Rede de Atenção e Serviços de Atendimento à Criança e ao Adolescente vítimas de Violência. Participaram como professores profissionais da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho; Secretaria de Estado da Saúde; Tribunal de Justiça do Paraná; Defensoria Pública; Ministério Público do Paraná; Universidade da Família; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Comissão de Defesa da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Alep/Criai); Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Ponta Grossa; Londrina Pazeando, Núcleo Comunitário de Práticas de Justiça Restaurativa; Instituto Tecnologia e Dignidade Humana; Federação Amor Exigente e Secretaria de Educação de Almirante Tamandaré.